



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DE GOIÁS
CÂMPUS UNIVERSITÁRIO DE LUZIÂNIA
COORDENAÇÃO DE TC DO CURSO DE
PEDAGOGIA**



LARISSA TÔRRES FERREIRA

**A DISCRIMINAÇÃO RACIAL DA CRIANÇA NEGRA E O PROCESSO DE ENSINO
E APRENDIZAGEM**

Um estudo de caso a partir dos anos iniciais do ensino fundamental

LUZIÂNIA - GO

2017

LARISSA TÔRRES FERREIRA

**A DISCRIMINAÇÃO RACIAL DA CRIANÇA NEGRA E O PROCESSO DE ENSINO
E APRENDIZAGEM**

Um estudo de caso a partir dos anos iniciais do ensino fundamental

Trabalho de Conclusão de Curso apresentada como exigência parcial para obtenção do título de Licenciada em Pedagogia, pela Universidade Estadual de Goiás – Câmpus Luziânia, sob a orientação do professor Dr. Jorge Manoel Adão.

LUZIÂNIA - GO

2017

LARISSA TÔRRES FERREIRA

**A DISCRIMINAÇÃO RACIAL DA CRIANÇA NEGRA E O PROCESSO DE ENSINO
E APRENDIZAGEM**

Um estudo de caso a partir dos anos iniciais do ensino fundamental

Trabalho de Conclusão submetido à Comissão Examinadora designada pelo Curso de Graduação em Pedagogia como requisito para obtenção de grau de licenciado em pedagogia.

Luziânia, _____ de _____ de 2017.

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Jorge Manoel Adão

Orientador

Prof. Dr. Tiago Gomes de Araújo

Avaliador

Prof. Esp. Daniel Pereira

Avaliador

LUZIÂNIA - GO

2017

Dedico este trabalho primeiramente a Deus por me capacitar até o momento, aos meus pais, Gilda Torres Ferreira e Pedro Antônio Ferreira, por todo incentivo e dedicação em prol da realização de um sonho; e, as minhas amigas, Jeane Rosa Gomes e Maria de Sousa Nascimento, que me ajudaram e me deram apoio durante todo o decorrer do curso.

AGRADECIMENTOS

Aos meus pais Pedro Antônio Ferreira e Gilda Tôrres Ferreira, por todo esforço dedicado em prol dos meus estudos mesmo diante de tantas dificuldades, por todo incentivo e apoio que me deram nos momentos difíceis e ainda por todo amor que me deram até aqui, muitas vezes colocando seus sonhos de lado para que eu pudesse realizar o meu.

A minha melhor amiga Jeane Rosa Gomes, por sempre estar ao meu lado e não me deixar surtar em nenhum momento.

A minha amiga Maria de Sousa Nascimento, por sua amizade durante os anos de curso, por compartilhar junto comigo, momentos tão difíceis e tão especiais, e principalmente por todas as apostilas, canetas e lanches compartilhados.

Aos colegas do curso de Pedagogia da UEG - Câmpus Luziânia, pelos momentos especiais partilhados.

Agradeço a Universidade Estadual de Goiás e a todos os professores do curso de Pedagogia.

Agradeço ao meu orientador Professor Doutor Jorge Manoel Adão, por toda sua paciência, carinho e dedicação na produção deste trabalho.

A educação é capaz de oferecer tanto aos jovens como aos adultos a possibilidade de questionar e desconstruir os mitos de superioridade e inferioridade entre grupos humanos, que foram introjetados neles pela cultura racista na qual foram socializados.

(MUNANGA, 2005).

RESUMO

O presente trabalho visa trazer uma reflexão a respeito de como a discriminação racial da criança negra afeta o processo de ensino e aprendizagem, um assunto que tem gerado bastante discussão atualmente, tendo grande repercussão e relevância. Por meio de pesquisa bibliográfica, utilizando autores respeitados da área como Silva Jr (2002) “Discriminação racial nas escolas: entre a lei e as práticas sociais”, Lima (2010) “Personagens negros um breve perfil na literatura infanto-juvenil em In: MUNANGA, Kabengele. Superando o racismo na escola”, Albuquerque e Fraga filho (2006) “uma história do negro no Brasil”, Oliveira (2012) “o negro na realidade socioeconômica brasileira: um estudo da participação do negro no mercado de trabalho”, Sant’Ana (2005) “História e conceitos básicos sobre racismo e seus derivados em In: Munanga, Kabengele. Superando o racismo na escola”. Ainda apresento uma pesquisa de campo, onde se pode perceber na prática as dificuldades existentes para lidar com o assunto. Percebe-se em campo que há poucos projetos para trabalhar a temática, os professores não estão preparados para situações de conflito onde envolva a temática e também não se sentem à vontade para falar do assunto, por falta de conhecimento e preparo. Levantamos algumas questões e confirmamos algumas hipóteses.

Palavras-chave: Discriminação racial. Criança negra. Educação. Ensino e aprendizagem.

ABSTRACT

The present work aims to bring a reflection about how the racial discrimination of the black child affects the process of teaching and learning, a subject that has generated a lot of discussion nowadays, having great repercussion and relevance. Through a bibliographical research, using respected authors of the area as Silva Jr (2002) "Racial discrimination in schools: between law and social practices", Lima (2010) "Black characters a brief profile in children's literature in In: MUNANGA, Kabengele. Overcoming racism in school ", Albuquerque and FragaFilho (2006)" a history of the Negro in Brazil ", Oliveira (2012)" the black in Brazilian socioeconomic reality: a study of the participation of the black in the labor market ", Sant'Ana (2005) "History and basic concepts about racism and its derivatives in In: Munanga, Kabengele. Overcoming racism in school". I still present a field research, where one can perceive in practice the difficulties that exist to deal with the subject. It is perceived in the field that there are few projects to work on the subject, teachers are not prepared for conflict situations where they involve the subject and also do not feel comfortable talking about the subject, due to lack of knowledge and preparation. We raise some questions and confirm some hypotheses.

Keywords: Racial discrimination. Black child. Education. Teaching and learning.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Fluxograma da organização administrativa da escola-campo.....	30
---	----

LISTA DE SIGLAS

IBGE Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IPEA Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
FIES Financiamento Estudantil
LDBEN Lei de diretrizes e bases da educação nacional
ONU Organização das Nações Unidas
PCN Parametros Curriculares Nacionais
PPP Projeto Político Pedagógico
PROUNI Programa Universidade para todos
UEG Universidade Estadual de Goiás
UNICEF Fundo das Nações Unidas para a Infância

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	11
1 CONTEXTUALIZAÇÃO DA TEMÁTICA.....	13
1.1 Contexto histórico do negro no Brasil.....	14
1.2 Atual situação do negro no Brasil.....	17
1.3 A criança negra no Brasil.....	19
2 ABORDAGEM TEÓRICA.....	21
2.1 O que é educação.....	21
2.2 Organização da educação básica no Brasil.....	22
2.2.1 Organização em séries.....	23
2.2.2 Organização em ciclos.....	23
2.3 Raça e etnia.....	24
2.4 Racismo e discriminação racial.....	24
2.5 Discriminação racial na escola.....	27
3 CONTEXTO E ANÁLISE DA PESQUISA DE CAMPO.....	30
3.1 Escola municipal Francisco Vieira Lins (Naldo).....	30
3.2 Metodologia de pesquisa e procedimentos de análise.....	32
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	36
REFERÊNCIAS.....	38
APÊNDICE A – CARTA DE ACEITE.....	41
APÊNDICE B – LEIS QUE ALTERAM AS DIRETRIZES E BASES DA EDUCAÇÃO NACIONAL.....	42
APÊNDICE D- ROTEIRO DE ENTREVISTA.....	45
APÊNDICE E – CARTA DE AUTORIZAÇÃO DA INSTITUIÇÃO.....	46
APÊNDICE F – DECLARAÇÃO DE AUTENTICIDADE.....	47

INTRODUÇÃO

Desde o início da minha trajetória acadêmica, e diante de toda a experiência prática adquirida neste período, pude notar que a discriminação racial tem sido um problema em todo o mundo. Ou seja, as pessoas ainda julgam as outras pela cor da pele e se acham no direito de ridicularizá-las, sendo que na maioria das vezes essa discriminação vem disfarçada de “brincadeira”; causando, assim, um impacto em suas vidas, não sendo muito diferente no ambiente escolar.

Partindo deste contexto surgiu o interesse de investigar como a discriminação racial interfere no processo de ensino e aprendizagem e o desenvolvimento escolar. Ainda, tendo como objetivos específicos a- analisar como a discriminação racial pode afetar o comportamento da criança negra* b- avaliar o que o projeto político pedagógico da escola propõe em relação a discriminação racial e c- analisar como o professor e o grupo gestor lida diante de atitudes discriminatórias.

Historicamente a situação da criança negra dentro da escola é frequentemente acompanhada de estereotipação e marginalização, consequência de um processo ideológico racista e de uma forma de pensar de pessoas que julgam a raça negra inferior, os levando assim a discriminação racial, que é a conduta propriamente dita, é o ato que expõe o racismo e atinge outra pessoa. Apesar de o Brasil ser um país rico em diversidade cultural ainda acontece uma segregação daqueles diferentes, seja no dia a dia ou dentro da escola, onde se espera que aconteça igualdade e na maioria esmagadora das vezes não acontece.

Por meio de experiências pessoais da infância, em que vivi essa discriminação e hoje adulta, no trabalho e estágio dentro de escolas foi notável que a situação pouco mudou, crianças ainda marginalizadas, afetando assim seu comportamento e conseqüentemente o processo de aprendizagem. Nogueira (2008), afirmam que reconhecer que somos diferentes para estabelecer a existência de uma diversidade cultural no Brasil, não é suficiente para combater os estereótipos e os estigmas que ainda marginalizam milhares de crianças em nossas escolas e milhares de adultos em nossa sociedade.

A partir de estudos, notou-se que no Brasil a população negra se depara com a discriminação não somente na vida adulta, mas também no início do processo

* Entendemos por negros os pretos e pardos classificados pelo IBGE.

educativo, “uma vez que a trajetória de escolaridade era intensamente diferenciada por raça/cor, desde o acesso a finalização da trajetória escolar” (SILVA JR., 2002, p.20).

Silva Jr. (2002) afirma que um dos fatores que mais contribui com essa discriminação racial são as relações dentro da escola, seja entre professor-aluno, aluno-aluno ou aluno e agentes educativos, já que muitas vezes essas relações são marcadas por autoritarismo e visões estereotipadas. Assim, a criança estereotipada, ridicularizada e marginalizada tende a apresentar um comportamento diferenciado, isolado e de certo modo agressivo, comportamento esse que influencia diretamente no seu desenvolvimento escolar. Neste contexto, essa pesquisa propõe encontrar respostas para o seguinte problema: como a discriminação racial interfere no processo de ensino e aprendizagem?

Com o objetivo de contribuir para a compreensão de determinadas situações dentro do ambiente escolar, que se caracteriza como discriminação racial, levando assim a adoção de práticas pedagógicas que visem a conscientização de professores e alunos sobre a diversidade racial.

A pesquisa realizada é uma abordagem qualitativa, tendo como modalidade o estudo de caso, com entrevistas semiestruturadas em campo, seguindo as orientações de autores como, Silva Jr (2002) “Discriminação racial nas escolas: entre a lei e as práticas sociais”, Lima (2010) “Personagens negros um breve perfil na literatura infanto-juvenil em In: Munanga, Kabengele. Superando o racismo na escola”, Albuquerque e Fraga filho (2006) “uma história do negro no Brasil” Oliveira (2012) “o negro na realidade socioeconômica brasileira: um estudo da participação do negro no mercado de trabalho”, Sant’Ana (2005) “História e conceitos básicos sobre racismo e seus derivados em In: Munanga, Kabengele. Superando o racismo na escola”.

Este trabalho foi organizado em três capítulos, sendo que o primeiro é uma contextualização histórica do tema, e uma breve abordagem da atual situação dos negros no Brasil, o segundo capítulo consiste em uma abordagem teórica, enquanto o terceiro é o contexto e análise da pesquisa de campo.

1 CONTEXTUALIZAÇÃO DA TEMÁTICA

A população do Brasil hoje passa da marca de duzentos e sete bilhões duzentos e oito milhões novecentos e vinte e cinco mil, segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, IBGE (2017). De acordo com o Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF Brasil,2006), mais da metade desta população são crianças e adolescentes negros, e tem o direito de receber educação gratuita pelo menos no grau primário, de acordo com os dez direitos da criança aprovados pela Organização das Nações Unidas (ONU), em 1959.

O Brasil tem nas raízes de sua história uma atitude permissiva perante a discriminação e racismo, que ainda impera nos dias de hoje, pode-se observar a dificuldade que os negros brasileiros enfrentam para conseguir ter acesso à educação básica, Segundo as Diretrizes Curriculares Nacionais para a educação das Relações Étnico Raciais e para o ensino de História e Cultura Afro - brasileira e Africana (2005,p.07) “pessoas negras tem menor número de anos de estudo do que pessoas Brancas e o índice de pessoas negras não alfabetizadas é 12% maior do que pessoas brancas”.

Não sendo pouca a dificuldade de acesso à educação, a população negra ainda tem de enfrentar vários outros problemas dentro da escola quem vem desde piadinhas até casos de discriminação racial levando a criança à exclusão por parte de colegas e professores causando assim sofrimento e desmotivação. Silva Jr (2002, p.20) afirma que “a trajetória de escolaridade era intensamente diferenciada por raça/cor, desde o acesso, passando pela permanencia e finalização da trajetória escolar”.

Barbosa (2005), aponta que no ponto de vista da sociologia da educação a habilidade ou coeficiente intelectual (QI) não importam, mas deve ser levado em consideração pois certamente é um fator que interfere na produção de realização social.Assim,diante de todos esses entraves que impedem o desenvolvimento pleno da população negra brasileira, o governo federal sancionou em março de 2003, a lei nº10.639/03, que altera a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional(LDBEN), que institui a obrigatoriedade do ensino da história da África e dos africanos no currículo escolar do Ensino Fundamental segundo as Diretrizes Curriculares

Nacionais para a Educação das Relações Étnico Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro - brasileira e Africana (2005).

1.1 Contexto histórico do negro no Brasil

Para iniciar esse estudo faz-se necessário a análise do processo histórico do negro na sociedade brasileira tendo em vista que a cultura do Brasil por vezes se contrasta com o período da escravidão, levando em consideração que praticamente tudo que aqui se tem, é herança do trabalho escravo africano; pois após sua chegada, logo se tornaram uma massa substancial de trabalho, responsável por fazer o Brasil (ALBUQUERQUE E FRAGA FILHO, 2006).

Os primeiros povos negros chegados ao Brasil vieram da costa ocidental africana ao norte do equador e denominado como o ciclo da guiné, logo após os bantos originários da Angola e do Congo, vindos para suprir a necessidade de mão de obra das grandes fazendas produtoras de cana de açúcar, estabelecendo-se assim o tráfico negreiro (ALBUQUERQUE E FRAGA FILHO, 2006).

A África além de ser um continente de escravos, também era um continente de senhores de escravos e a aristocracia empregava os escravos no cultivo dos campos servindo ainda como moeda de troca para transações comerciais, que havia grande importância pela geração de riquezas; “sendo que apenas na primeira metade do século XIX a região centro ocidental da África exportou 1,5 milhão, tendo a triste marca de ser o maior fornecedor de cativos” (LIMA, 2010; p.04).

Nos primeiros tempos da chegada ao Brasil os negros ficaram muito perdidos em relação a sua organização, pois havia uma grande diversidade de povos trazidos de vários países da África com línguas distintas. Souza (2008, p.84) descreve que “além de serem afastados das aldeias nas quais cresceram e que eram o centro de seu universo, muito poucas vezes conseguiam se manter próximos de conhecidos e familiares mesmo quando todos eram capturados juntos”. Distanciamento e desorganização que foram ainda mais incentivados pelos senhores de engenho que queriam evitar qualquer tentativa de fuga.

Apesar de dificultadas ao máximo, as resistências aconteceram, e uma das formas mais conhecidas dela é o Quilombo, que basicamente era uma comunidade de negros fugidos, que tinha forma de vida própria. “Após serem

vendidos, os negros eram nomeados e tornavam-se mercadorias e classificados de três maneiras, boçais, ladinos e crioulos”.Que, segundo (LIMA, 2010, p.09),

Os que não entendiam, não falavam português e desconheciam os costumes da terra, eram considerados os *boçais*. Os que aprendiam a língua portuguesa, os costumes da nova terra e desempenhavam as funções que lhe eram determinadas eram chamados de *ladinos*. Os que nasciam no Brasil e tinham o português como sua primeira língua falada e se comportavam dentro dos padrões portugueses, diante de seus donos, eram chamados de *crioulos*. (LIMA, 2010, p.09).

Suas vidas se resumiam basicamente em trabalho, com jornadas extensas que ia do nascer do sol até a noite, levando-se em consideração que com a mão de obra escrava, era considerado uma desonra, uma pessoa livre trabalhar em qualquer tipo de serviços, mesmo os mais modestos. Assim alguns negros se tornavam escravos domésticos, que eram escolhidos pela sua aparência. Eram o grupo mais oprimido da sociedade, impedidos de dispor de suas vidas e bens, escolher trabalhos e empregador, criando-se assim sentimentos de valores e etiquetas de mando e obediência, em uma relação fundamentada na dominação pessoal e coação (ALBUQUERQUE E FRAGA FILHO, 2006).

A condição de vida desses homens e mulheres negros, eram extremamente desumanas, moravam em senzalas lotadas e com uma alimentação restrita, convivendo com a crueldade constante, submetidos quase que diariamente a todo tipo de violência e castigos severos, punições essas aplicadas indiscriminadamente, por motivos torpes e sem nem um tipo de consequência aos senhores, Albuquerque e Fraga Filho (2006 p.144) afirmam que “a maioria dos acusados terminou perdoada ou absolvida por juízes que, em geral, pertenciam a mesma classe dos senhores”.

Diante de todos esses maus tratos e humilhações sofridas, haviam aqueles que se rebelavam em busca de liberdade, essas revoltas na maioria das vezes consistiam em fugas, que quando mal sucedidas os escravos não tendo mais nada a perder se tornavam massacres as famílias dos senhores. Ou, em algumas poucas ocasiões, a negociação de uma Carta de Alforria como forma pacífica, mediante o pagamento em ouro ao proprietário; porém, com a possibilidade de revogação a qualquer momento fazendo assim com que o escravo ficasse ao lado de seu senhor pelo resto da vida.

A maioria das cartas de alforria era onerosa, pelas quais o escravo deveria pagar uma quantia em dinheiro para ressarcir o prejuízo do proprietário ou recompensá-lo indiretamente com a prestação de serviços, permanecendo em sua companhia até a morte, servindo e não **ser ingrato ou dar desgosto**. (MATTOS, 2007, p 122.grifo do autor).

O sonho da liberdade por vias legais foi algo distante até meados do século XIX, fazendo com que a grande maioria morresse na condição de escravos. Entretanto, a abolição já era discutida amplamente e as leis começaram aos poucos favorecerem os escravos: em 1871, com a Lei do Ventre Livre, que garantia que todo negro nascido após a lei entrar em vigor seria livre; e mais tarde, em 1885, com a Lei dos Sexagenários, que libertava todo negro maior de sessenta anos de idade.

Albuquerque e Fraga Filho (2006) esclarecem que se tornou perigoso frustrar as expectativas de liberdade dos escravos em um momento tão delicado, minando a autoridade dos senhores de fazer exigências de acordo com sua vontade em troca da Carta de Alforria. Porém, os negros que conseguiam ser alforriados enfrentavam muitas dificuldades para viver essa liberdade, algumas vezes tendo que recorrer aos antigos senhores para obter um atestado de boa conduta para conseguir fazer coisas simples como mudar de quarteirão, mas ainda assim era melhor do que a condição de escravos, pois seus descendentes nasceriam livres; e, não tendo mais a interferência dos senhores em suas vidas, poderiam batalhar pela libertação de seus companheiros e familiares.

Contudo, o crescimento e pressão dos movimentos abolicionistas nesse momento já repercutiam fortemente no Brasil, principalmente acontecimentos como a Revolução Escrava do Haiti e a Abolição do Tráfico Transatlântico para as colônias inglesas do Caribe, em 1808. E, mais tarde, em 1834 a abolição da escravidão nessas mesmas colônias, pois as elites brasileiras temiam que seus escravos fizessem o mesmo.

Mesmo com a escravidão entrando em declínio, com a proibição do tráfico em 1850, os políticos da região fizeram de tudo para impedir a abolição imediata, alegando que a economia não suportaria o impacto da perda dos escravos nas lavouras e entraria em crise.

Embora os senhores tenham feito tudo que podiam para interromper a abolição, a movimentação de escravos gerou repercussões políticas e influenciou decisivamente este processo. Tendo em vista que as duas últimas décadas antes da abolição foram marcadas pelo grande número de fugas e crescimento dos

Quilombos por todo o Brasil. Ou seja, diante da luta abolicionista, e as tensões aumentando a cada dia, a princesa regente promulgou a lei de 13 de maio de 1888 que extinguiu definitivamente a escravidão no Brasil.

1.2 Atual situação do negro no Brasil

O período de escravidão deixou marcas profundas na sociedade brasileira, em aspectos sociais e culturais, tendo em vista que a abolição, não encerrou a tensão racial que a escravidão produziu, arrastando-se até os dias atuais, tendo como consequência a discriminação racial, causando assim sofrimento à população negra.

Sabe-se que logo após a abolição, mais precisamente um ano foi proclamado a república no Brasil, em 1889. Porém, esse novo sistema não garantiu ganhos ou benefícios à população negra, pelo contrário a mesma foi marginalizada pelo o novo sistema, não havendo nenhum tipo de oportunidade e que, de acordo com Albuquerque e Filho(2006), não era porque a escravidão tinha chegado ao fim oficialmente, que podia se pensar em uma sociedade justa e de oportunidades iguais, pelo contrário existia uma preocupação em garantir que negros e brancos continuariam sendo diferentes e desiguais.

Apesar de o Brasil ter se tornado um país miscigenado, fazendo com que após mais um século da abolição, atualmente o número de pessoas negras já supera o de pessoas brancas, sendo 53, 6% de acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2014), contrariando o pensamento de intelectuais do século passado, não aconteceu o branqueamento da população, porém mesmo o país sendo mais da metade negro, permaneceu a desigualdade e a falta de oportunidade.

Superar essa desigualdade racial e social se tornou algo comum, no dia a dia de pessoas negras, pois as mesmas têm de lidar com vários aspectos negativos como a dificuldade de acesso a educação e inserção no mercado de trabalho; resultando assim em uma baixa renda, expondo-as ainda mais ao preconceito e situações discriminatórias (LIMA, 2010).

Comprovadamente existe um problema racial no Brasil, sendo considerado como uma dívida histórica pelos movimentos sociais, garantir esses direitos tem sido a grande luta; entretanto, é imposto um obstáculo ao acesso a algo

básico como escolarização, que vai desde a dificuldade de permanência até a opressão social, gerando assim um afastamento de uma grande parcela da população negra da escola CAVALLEIRO (2005) afirma que aspectos do cotidiano escolar como currículo, material didático e relações interpessoais são hostis e limitadores de aprendizagem para os(as) alunos(as) negros(as).

À medida que aumenta o nível de escolaridade, cresce também a desigualdade, no entanto nos últimos anos essa realidade está mudando como aponta uma pesquisa realizada em 2014 pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) que em 2004, 16,7% dos estudantes pretos e pardos entre 18 e 24 anos frequentavam o ensino superior, e cresceu para 45,2% em 2014, e mesmo com esse aumento os estudantes negros não conseguiram atingir o percentual que os alunos brancos apresentavam em 2004, que era de 47,2%.

Apesar do aumento de pessoas negras com um maior nível de escolaridade, ainda é notável a desigualdade, porém esse aumento é devido ao incentivo as ações voltadas para a educação negra, principalmente no ensino superior, sendo importante destacar programas, como o Financiamento Estudantil (FIES), Programa Universidade para Todos (PROUNI), e as cotas raciais dentro das universidades, garantindo assim que um maior número de estudantes negros tenha acesso à educação superior.

Cabe ao sistema jurídico estabelecer medidas de compensação com o intuito de concretizar, ao menos em parte, uma igualdade de oportunidades com os demais indivíduos, que não sofreram a mesma espécie de restrição. Após mais de 300 anos de escravidão os afro descendentes exigem uma compensação, e garantir o acesso ao ensino superior é uma possível forma de compensação (ROZAS,2009,p.09).

De acordo com as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação (2005), é importante ressaltar que tais ações e políticas tem como meta garantir o direito a educação aos negros e possam atuar como cidadãos participantes da sociedade; ingressado no mercado de trabalho, desempenhando com qualificação uma profissão, visando também reconhecimento e valorização do que distingue os negros dos outros grupos que compõem a sociedade brasileira.

Juntamente com o aumento acentuado da escolarização da população negra, veio a mudança no mercado de trabalho em que pessoas negras passaram a ocupar melhores cargos, ou estar mais bem preparados para uma

competição;porém, a política de emprego e renda também teve grande importância, pois aumentou a formalização de empregos, diminuindo assim a taxa de desemprego entre os mesmos. (OLIVEIRA,2012). Entretanto é importante salientar que mesmo com o aumento da escolarização e da diminuição do desemprego, o papel do negro no mercado de trabalho ainda é ruim, com uma presença massiva de pessoas negras em empregos considerados precários, com baixa perspectiva salarial e menos direitos trabalhistas.

A precariedade do mercado de trabalho direcionado a população negra, tem uma relação direta com o período da escravidão; pois, os mesmos são vistos até os dias de hoje como qualificadas para trabalhos considerados pesados ou com baixo nível social. Segundo Oliveira (2012, p.06), “se tratando de exclusão social, a concentração de renda no Brasil é fato de destaque. É sabido ainda que grande parte da base da pirâmide social brasileira é composta por indivíduos da cor/raça preto ou pardo”.

Diante desta realidade de acordo com o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada(IPEA, 2013), nos últimos anos a população negra tem se beneficiado do processo de estruturação do mercado de trabalho, tornando assim menos penosa a obtenção de trabalho, e essa melhoria nas condições de inserção produtiva tem reduzido as condições de desemprego pela cor da pele.Contudo,Oliveira (2012) acrescenta ainda que ocorre uma segmentação, que se inicia no processo de contratação, onde predomina a raça branca para preenchimento de determinadas vagas, e da raça negra para preenchimento de cargos com baixa expectativa e mobilidade profissional, colaborando assim com a pratica discriminatória no espaço físico de empresas de pequeno e grande porte mostrando assim uma realidade excludente. Fazendo, assim, com que todos os avanços em relação a situação da população negra no país ainda mostrem uma necessidade de aprofundando em relação as políticas públicas e reconhecimento da importância dos negros dentro da sociedade como um todo.

1.3 A criança negra no Brasil

Geralmente, é na infância que uma pessoa negra se depara com situações discriminatórias, e descobre o significado de ser negro, tendo de enfrentar logo cedo a rejeição e ainda lidar com a falta de referências positivas em relação a

sua imagem, gerando insegurança e negação do próprio eu, tornando o racismo algo ainda mais difícil e cruel. Esse sentimento de inferioridade em relação ao restante da sociedade é herança do período de escravidão, em que a sociedade branca da época impôs regras, e essas são passadas de geração em geração, Corrêa (2008) corrobora dizendo que a família transmite essas regras as crianças sem que os informantes percebam o quanto as reprimem.

O papel da família se torna fundamental neste processo, pois normalmente a família é a base da criança, e se espera que essa fortaleça sua identidade, em grande maioria a família faz, justamente o contrário, descaracterizando a criança, tentando consciente ou inconscientemente encaixá-lo no padrão da sociedade branca, como por exemplo, a questão do alisamento dos cabelos. No entanto, não se deve culpar a família, que provavelmente tem uma visão distorcida e sem conscientização do que esse modelo de educação acarreta na criança (BARBOSA,2003).

É inegável a importância da construção da identidade étnica nas crianças negras, porém acaba sendo difícil passar para a criança essa boa imagem quando até no próprio universo infantil, há pouco tempo era difícil encontrar personagens envolvendo negros, seja nos desenhos e programas de televisão, ou seja, onde a imagem do negro é sempre estereotipada com uma aparência feia e um nível intelectual inferior visto como engraçado ou nos brinquedos idealizados e produzidos para uma população branca, fazendo com que uma menina negra brinque como uma boneca loira, tendo como sua filhinha.

O racismo tem grande influência na construção psíquica da criança, gerando *stress* e depressão, levando muitas vezes para vida adulta, tendo assim um grande prejuízo no seu desenvolvimento, em que suas experiências não serão tão importantes se não estiverem preparadas para o choque social, contemplando novamente a necessidade de trabalhar a perspectiva de afirmação e autoestima, a partir do conhecimento de elementos da cultura negra.

Em outras palavras, a escola é crucial na vida das crianças negras, pois boa parte da construção da identidade, levando-se em consideração que a escola é um espaço em que se espera respeito a diversidade, respeito esse advindo de um maior conhecimento em relação as diferenças. Gomes (2003) afirma que reconhecer as diferenças implica romper preconceitos, superar as velhas opiniões formadas sem conhecimento sobre a realidade dos outros.

2 ABORDAGEM TEÓRICA

2.1 O que é educação

A educação tem como definição básica o ato de adquirir dotes físicos, morais e intelectuais, no entanto não há uma única definição, nem apenas um modelo de educação. Calleja (2008) afirma que a educação é um processo de influência sobre pessoas, e que colocam o sujeito como centro da atividade. O que todos concordam é que a educação se adquire aos poucos, sendo um processo longo e não solitário caracterizado por um conjunto de situações, que envolve o ensino escolar propriamente dito e experiências pessoais. LIBÂNEO(2012, p.133) afirma que “a educação deve ser entendida como um fator de realização da cidadania, com padrões de qualidade da oferta e do produto, na luta contra a superação das desigualdades sociais e da exclusão social”.

Sendo um processo invisível, o ato de educar acontece desde o começo dos tempos antes mesmo de chamarmos de educação, ajustando o indivíduo ao ciclo social, não sendo possível afirmar com exatidão onde ela ocorre, já que a educação ultrapassa os limites da escola e dos professores, passando de formal para informal, em que todo conselho, acerto e erro, seja absorvido de alguma forma, fazendo com que todos que nos rodeiem se torne um mestre.

Quando se fala em educação formal, sabemos que se trata do universo escolar, que acaba sendo considerado por alguns um ensino limitado, porém mesmo assim tem grande influência educativa escolar em qualquer sociedade é muito significativa, pois este processo é no qual o trabalho dos professores com os alunos lhe confere um caráter docente, sendo considerado como docente-educativo (CALLEJA,2008).

Calleja (2008) ainda diz que, em contraponto com a educação informal, em que os agentes envolvidos são a família, a mídia e outros fatores externos a sala de aula, a educação formal se baseia em um caráter sistêmico e é fundamentado numa concepção pedagógica geral e exige professores especializados em que a experiência docente a preparação e os conhecimentos científicos determinam a qualidade e os resultados do processo de ensino e aprendizagem. Essas outras

instituições sociais não escolares que contribuem para o processo educativo, tem o mesmo objetivo da educação formal; ou seja, contribuir para a socialização, Brandão(2007)contribui dizendo que a socialização realiza e dissemina as necessidades e projetos e reconhecendo como seus, para existirem dentro dela, assim a educação acontece em locais distintos, em que não existe se quer algum tipo de estrutura física.

O papel do professor é de suma importância no processo educativo, seja no formal ou informal, neste último o professor é a pessoa que transmite conhecimento, tem um papel de liderança e transmite confiança para que possa obter resultados relevantes e significativos.

A educação não formal fora dos espaços escolares, considerada como uma modalidade de ensino por desenvolver o ensino e aprendizagem; sofrendo influência do mundo contemporâneo, dos avanços tecnológicos e pelos novos meios de comunicação, mediado pela globalização que é um processo econômico, social, financeiro e ambiental, impactando diretamente as políticas educacionais. (ALMEIDA, 2014).

Almeida (2014) também esclarece que a educação não formal ocorre em espaços alternativos, como associação de bairros, movimentos sociais, sindicatos e apresenta flexibilidade em relação aos conteúdos curriculares, sendo respeitadas as diferenças dos processos de ensino e aprendizagem. Assim, com essa metodologia diferenciada atende outros grupos como trabalhadores, jovens e adultos em que as suas vivências e experiências sociais e pessoais favorecem a absorção do conhecimento. Essas experiências compartilhadas no dia a dia e ocorre coletivamente, porem a participação não é obrigatória e o interesse da educação não formal, é alcançar resultados coletivos para melhor convívio em sociedade como a identidade da comunidade, se diferenciando da educação informal apenas pelo fato desta última ser transmitida de forma não intencional.

2.2 Organização da educação básica no Brasil

No Brasil a organização da Educação Básica é dividida em dois tipos: séries e ciclos.

2.2.1 Organização em séries

Segundo Nedbajluk (2006, p. 252), “cada período letivo constitui-se em subsegmento fechado em torno de tempos fixos, denominada série. O processo de ensino passa a ser orientado por resultados esperados”. No sistema seriado é realizado uma avaliação como instrumento de mensuração que classifica os conhecimentos que o aluno adquiri em certo espaço de tempo, ou seja, série/ano letivo. Por meio dessa avaliação a escola pode reter o aluno que ao chegar ao fim desse ano letivo ou não dominou os conteúdos previstos.

Para muitos críticos o sistema seriado é uma das causas principais do fracasso escolar. Segundo Arroyo (2000), a escola na organização em séries foi estruturada para excluir, exemplo disso são as suas avaliações e a suas organizações e seus processos de ensino. Arroyo defende que a escola pública ou privada que adota o sistema seriado alimenta uma cultura de exclusão própria de outras instituições da sociedade capitalista em suas palavras. Miranda (2009) também defende que o sistema seriado favorece o fracasso escolar.

Embora os defensores do sistema seriado afirmem que as reprovações ajudam o aluno a progredir, pesquisas de 1982 mostram que 1,9 milhão de crianças abandonam a escola na faixa etária entre 7-14 anos, dentre esse número a maioria foi por causa de um grande número de reprovações.

2.2.2 Organização em ciclos

A discussão sobre acabar com as reprovações nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental realmente não é uma questão nova, mas só foi a partir do ano de 1980 que diversas redes escolares implantaram o ciclo básico da alfabetização no qual alunos do 1º e 2º ano não eram reprovados, depois nos anos de 1990 várias modalidades de ciclos mais longos e com propósitos mais complexos foram implantadas: Ciclos de Aprendizagem; Ciclos de Formação; Regime de Progressão Continuada; Ciclo Inicial de Alfabetização; Bloco Inicial de Alfabetização.

A organização em ciclo e definida por Barretto e Mitrulis (1999, p. 28) como:

A ordenação do conhecimento se faz em unidades de tempo maiores e mais flexíveis, de forma a favorecer o trabalho com clientela de diferentes

procedências e estilos ou ritmos de aprendizagem, procurando assegurar que o professor e a escola não percam de vista as exigências de aprendizagem postas para o período.

Há ainda a classificação da caracterização por elementos importantes para se entender os ciclos.

[...] o tempo de permanência do aluno na escola, a noção de ensino de qualidade, a contraposição ao regime seriado com seu sistema de aprovação e reprovação, as mudanças nas concepções de conhecimento e aprendizagem, na ocupação do tempo escolar e na concepção de função da escola e, ainda, a perspectiva de democratização do ensino (Miranda, 2009, p. 25).

2.3 Raça e etnia

Sabemos que “raça” é a divisão tradicional dos grupos humanos, determinada pelas características físicas como a cor da pele, tipos de cabelo e cabeça. Durante muito tempo o termo “raça” foi utilizado nos meios acadêmicos e também pelo senso comum, em relação aos grupos étnicos (negros, amarelos, índios e brancos) para mencionar suas diferenças, físicas, genéticas, biológicas e intelectuais Segundo Araújo (2003), acreditava-se que as raças se desenvolviam separadamente e sem nenhum tipo de contato entre si.

Com o crescimento de críticas em relação ao conceito de raça, o conceito de etnia ganhou um espaço maior nas ciências sociais, tendo surgido no início do século XIX, com o objetivo de estabelecer características próprias de um grupo, elaborado por Vanher de Lapouge, antropólogo que acreditava que a raça era um fator determinante para a história, diferentemente de Max Weber, que faz uma distinção não apenas entre raça e etnia, mas também entre etnia e nação, ele acreditava que pertencer a uma raça era somente ter a mesma origem biológica ou cultural enquanto que pertencer a uma etnia era acreditar em uma origem comum e a nação possuía tais crenças, com um acréscimo da política (SILVA E SILVA 2006).

2.4 Racismo e discriminação racial

O racismo tem como característica básica, o sentimento que defende a superioridade de um grupo sobre outro, o que muitas vezes acaba levando atitudes

de menosprezo e opressão que é caracterizado de outra forma a discriminação racial, em casos extremos o racismo é considerado como uma doutrina, chegando até mesmo a criação de grupos de perseguição, simplesmente por considerarem grupos étnicos inferiores.(SANT 'ANA,2005)

Como uma das vertentes do racismo, a discriminação é o termo utilizado para classificar ações que violam os direitos das pessoas, quando baseado em critérios injustos e inaceitáveis, como sexo, idade, religião e raça entre outros, ela se caracteriza pela prática, manifestação e materialização do racismo, preconceito e estereótipo, assim violando os direitos humanos. Podemos citar como exemplo disso o holocausto na Alemanha nazista que dizimou a população judaica e o *ku klux klan* nos Estados unidos que perseguiu os negros, Moore (2007) enfatiza que durante muito tempo o racismo foi entendido como uma sistematização do povo europeu, com uma defesa de valores e cultura e supremacia de uma única raça.

Moore (2007) pergunta se o racismo seria somente uma produção europeia? Tendo em vista que o termo racismo era considerado fruto de conceito de raça, que vem do italiano *razza*, com origem no latim *rátio*, que significa espécie explicando o pensamento de muitos durante muito tempo, em relação a escravidão africana. No entanto, alguns fatores, como determinismo racial e o Darwinismo social, afetaram a discussão do racismo calcado na história dos conflitos; pois apostaram numa continuidade entre dados físicos e morais, assim derrubando a visão de que o racismo seja uma experiência da contemporaneidade.

Argumentos como tais, citados a cima, foram enraizados na história para que houvesse uma aceitação da inexistência do racismo. Moore (2007, p.11) afirma que “na antiguidade o racismo sempre foi uma realidade social e cultural pautada exclusivamente no fenótipo, antes de ser um fenômeno político e econômico, pautado na biologia”.

Sant 'Ana (2005) contribui assegurando que o racismo não surgiu do dia para noite, ele foi surgindo e se consolidando aos poucos, e foi objetivando explorar mão de obra barata de povos colonizados, gerando assim riqueza, poder e nenhum custo extra para o branco opressor, lembrando que a cultura popular sobrevive aos tempos e é transmitida por meio de gerações, fazendo com que o racismo sobreviva até a atualidade.

Botosso (2012) escreve que no Brasil esse racismo está diretamente ligado a segregação sócio econômica e pode ser contado a parti da chegada da

tropa portuguesa, que com a dominação do território, que a época já era ocupado pelos índios, que foram descritos na carta de Pero Vaz de Caminha de 1º de maio de 1500, de uma forma primitiva, como sendo pardos, nus, sem qualquer coisa que lhes cobrissem as vergonhas, fora da moral e da ideologia cristã, favorecendo assim a exploração e dominação econômica, sendo então escravizados, apesar de toda a resistência e perseguição.

Por conta desta resistência, os índios sofreram muitas consequências, sendo caçados, exterminados ou mortos por doenças, fazendo com que os portugueses que queriam utilizar da mão de obra escrava, aderissem ao tráfico africano, os tirando a força de suas terras, transformando seres humanos livres em mercadorias, a partir daí dividiu-se a sociedade brasileira em partes desiguais, uma parte branca, que era constituída por cidadão livres e outra parte por negros, constituído por homens e mulheres escravizados. Mesmo com a abolição da escravidão em 13 de maio de 1888, não houve muitas mudanças na situação dos negros, pois os mesmos não tinham acesso ao mercado de trabalho, fazendo com que essa parcela da população fosse excluída (BOTOSSO, 2012).

Botosso (2012) explica que desde então a mestiçagem aconteceu gradativamente, e essa diversidade racial era uma ameaça para a elite, que essa pluralidade fosse vista como um problema para uma nação que se julgava branca. Pois segundo Munanga (2008, p.103), “a mestiçagem tanto biológica quanto cultural teria, entre outras consequências, a destruição da identidade racial e étnica dos grupos dominados, ou seja, o etnocídio”.

Por isso, a mestiçagem como etapa transitória no processo de branqueamento constitui peça central da ideologia racial brasileira, embora reconheçamos que todos os intercursos sexuais entre brancos e negros não foram sugeridos por essa ideologia.” (MUNANGA, 2008 p. 103).

Sendo o racismo um fenômeno ideológico, onde ideólogos e religiosos, que para servi o interesse econômico da idade média, distorceram e adequaram afirmações bíblicas de acordo com seus interesses a respeito da superioridade de uma raça sobre a outra, fazendo com que nos dias atuais muitas pessoas afirmem que há racismo na Bíblia (SANT’ANA, 2005).

Como já dito, a superioridade e o menosprezo são frutos do racismo e consequentemente, falta de empatia, e principalmente a insensibilidade, já que um

mesmo indivíduo é capaz de ser cuidadoso e amoroso com sua família e outros fenotípico fisicamente semelhante, e até mesmo se comover com os animais, mas não é capaz de sentir nenhum tipo de comoção diante da opressão racial. (MOORE, 2007).

2.5 Discriminação racial na escola

Nos dias atuais já se sabe que as diferenças e desigualdades tem um grande impacto na vida da população negra e,consequentemente, a escola também vive os efeitos da discriminação racial, em estudantes provenientes de diferentes grupos sociais, em que os mesmos estabelecem uma relação diferenciada com a escola, assim também obtendo resultados distintos.Conforme Barbosa (2005),quando se fala de raça, a diferença social e econômica é particularmente importante, tendo em vista que as pessoas negras geralmente são mais pobres e as duas características são facilmente confundidas, tendo então um dos principais fatores da desigualdade racial.

Pretos e pardos apresentam maior desvantagem no plano educacional, tanto nos resultados obtidos, quanto em sua trajetória escolar, evidenciando assim, como a discriminação racial pode intervir no processo de ensino-aprendizagem e no seu rendimento escolar (BARBOSA, 2005).

Para que a escola consiga avançar na relação entre saberes escolares/realidade social/ diversidade étnico-cultural é preciso que os(as) educadores(as) compreendam que o processo educacional também é formado por dimensões como a ética, as diferentes identidades, a diversidade, a sexualidade, a cultura, as relações raciais entre outras. (GOMES, 2001, p.141).

A situação do negro no Brasil é ainda mais preocupante se comparado a outras nações; pois, apesar de ter uma herança muito forte da África, essa cultura é inegavelmente desvalorizada e desrespeitada, de maneira que os que descendem da herança africana são os que estão mais vulneráveis ao preconceito e ataques racistas.Guedes (2013) afirma que a escola sendo crucial na vida da criança, acaba sendo o berço dos conflitos e nesta fase entra a discussão da cultura africana já integrada no currículo escolar.

Quando se fala em discriminação racial dentro das escolas, é levada em consideração, principalmente, a relação entre os alunos e professores;porém, não

pode ser esquecido que existe um racismo institucional, assim como o racismo passado por meio do livro didático, afetando diretamente a autoestima da criança negra (SANT'ANA, 2001).

Normalmente não existem referências positivas, na vida da criança negra, seja na família, no livro didático ou nos demais espaços, levando em consideração que os fragmentos da memória constituem o processo de identidade de uma pessoa. Na maioria das vezes, a criança negra chega a fase adulta com rejeição a sua imagem e origem racial, alimentando uma memória pouco construtiva para sua humanidade, negatizando sua própria imagem e ancestralidade (ANDRADE, 2001).

As imagens ilustradas nos livros didáticos também têm fundamental importância para a construção de uma imagem pessoal. No entanto, geralmente personagens negros aparecem vinculados a escravidão ou em condições inferiorizadas, em que a eficácia desta mensagem contribui para o prolongamento de uma dominação social real, ressaltando o estereótipo de que a população negra é perdedora (LIMA, 2001).

É necessário discutir em sala de aula os conceitos de racismo, discriminação racial e preconceito, ao contextualizar a história do povo negro, tendo em vista que tais conceitos estão diretamente ligados a construção histórica da população negra; até porque são definições de diferentes atitudes que interferem na vida e desenvolvimento da criança negra (LUIZ e AMERICO, 2011).

Os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN, 2001), podem oferecer importantes diretrizes político-educacionais para as propostas curriculares a serem formuladas pelas Secretarias de Educação e Unidades Escolares, referente a desigualdade racial.

A expectativa de que os parâmetros iluminem os projetos pedagógicos e os planos de aula, é indiscutivelmente louvável, mas insuficiente, se não for combinada a outros esforços de sensibilização, informação, formação, acesso a pesquisas atualizadas e propostas concretas para o tratamento de tema tão delicado, como o das relações raciais em sala de aula (SILVA JR, 2002, p.33).

A implementação da Lei 10. 639, de 2003, trouxe alguns benefícios em relação às práticas pedagógicas já existentes, no entanto ainda existe uma falta de interesse por parte dos professores e da própria escola em levar a diante o tema, se voltando apenas para datas comemorativas, não aproveitando a ocasião para um maior aprofundamento do tema, de forma que se faz necessário a formação continuada de professores, para que possam disponibilizar aos seus alunos um

ensino comprometido com a ética e a valorização das diversas culturas que formam a sociedade brasileira (GUEDES et AL., 2013).

É importante que se encontre uma maneira correta para abordar determinados assuntos, e não limitar o estudo apenas ao período escravagista, indo além e tratando temas com maior relevância, sabendo assim que não basta somente ferramentas de trabalho, mas uma educação de qualidade e sem discriminações, sendo que a educação é a base para a construção de uma sociedade mais justa, em que as diferenças sejam respeitadas (GUEDES et al., 2013).

3 CONTEXTO E ANÁLISE DA PESQUISA DE CAMPO

No início do presente capítulo apresento uma diagnose social da Escola Municipal Francisco Vieira Lins Naldo, onde foi realizada a pesquisa de campo; a metodologia utilizada na pesquisa, os procedimentos e a análise.

3.1 Escola municipal Francisco Vieira Lins (Naldo)

A pesquisa foi realizada na Escola Municipal Francisco Vieira Lins (Naldo), localizada no Parque Estrela Dalva IV, na Rua 22 Quadra 269 Luziânia-GO, CEP 72.821-210, telefone 3620-4241, a instituição oferece educação básica na modalidade de Anos Iniciais do Ensino Fundamental (1º ao 5º ano), de natureza pública. Com o horário de funcionamento dividido em dois turnos, sendo matutino de 07h15min às 12h15min e vespertino de 12h30min às 17h30min.

Esta escola é pioneira no Parque Estrela Dalva IV e seus adjacentes, atende atualmente uma média de 688 alunos, distribuídos no Ensino Fundamental de 1º ao 5º ano. Por ser uma unidade escolar periférica, atende crianças e adolescentes com baixo poder aquisitivo e social, fatores motivadores para a escola persistir na valorização do indivíduo e da família. De acordo com Projeto Político Pedagógico (PPP, 2017) a escola ao longo dos seus 36 anos trabalha com políticas de valorização da interação comunidade/escola, fortalecimento do processo ensino aprendizagem e a valorização ao educando como agente modificador da sociedade.

O nome da escola Francisco Vieira Lins (Naldo) foi instituído a partir da Lei Nº 3.309, de 13 de outubro de 2009, sob a autoria do senhor Gastão de Araújo Leite, que alterou a denominação do colégio municipal localizado no Parque Estrela Dalva IV. A origem do nome segundo o PPP (2017), foi sugerida a partir da necessidade de se homenagear à um ilustre morador do bairro Estrela Dalva IV que foi aluno desta unidade escolar e após alguns anos funcionário da mesma e vereador da cidade de Luziânia, estado de Goiás.

A escola possui a seguinte organização administrativa como pode ser visualizado no fluxograma abaixo:

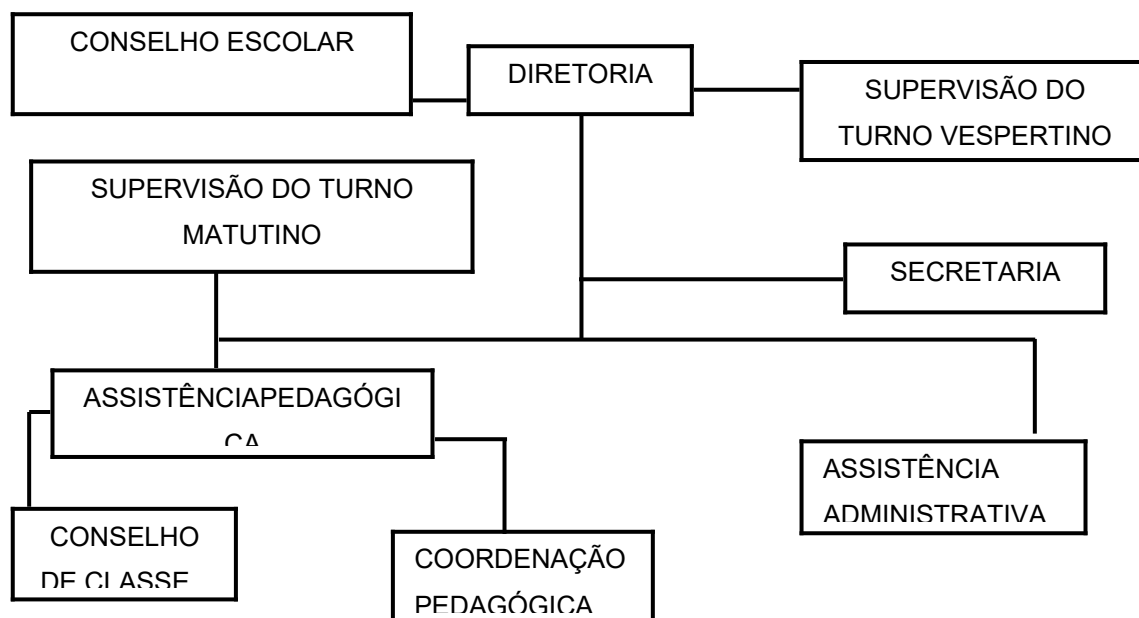


Figura 1– Fluxograma da organização administrativa da escola-campo.
Fonte: Projeto Político Pedagógico da escola.

Atendendo em média 688 alunos, a estrutura física contém: dezessete salas de aula, um laboratório de informática, uma sala de professores, uma sala de vídeo, dois banheiros para uso dos alunos, uma cozinha com depósito de gêneros alimentícios, um depósito para materiais de limpeza e materiais pedagógicos, uma sala destinada ao atendimento ao público(direção), um banheiro para uso dos funcionários, uma quadra poliesportiva coberta, um pátio com área coberta, uma guarita de vigilância e uma sala multifuncional.

Organização curricular

As atividades pedagógicas são realizadas por meio de diversos métodos, respeitando sempre a natureza da disciplina lecionada em cada componente curricular; e levando-se em conta a autonomia do professor na escolha do meio para efetivação do processo de ensino-aprendizagem.

A escolha dos conteúdos é realizada com base nos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN, 2001), no Currículo Referência Educacional 2016/2016 do Município de Luziânia – Goiás; e no Currículo Referência da Rede Estadual de Educação de Goiás (2013); buscando inserir o educando em seu meio social (PPP, 2017) Há um Conselho Escolar realizado juntamente entre o diretor, supervisor

pedagógico professores e comunidade escolar. A participação é realizada de maneira dinâmica e conjunta na tomada de decisões entre os envolvidos, buscando sempre atender as necessidades dos alunos de acordo com o contexto em que está inserido.

3.2 Metodologia de pesquisa e procedimentos de análise

Esta pesquisa é uma abordagem de natureza qualitativa, na modalidade estudo de caso, pois o estudo de caso se concentra em um caso em particular, considerado representativo, e sua coleta de dados e análise são da mesma forma que nas pesquisas de campo em geral. Assim, foi usado como técnica de pesquisa para a coleta de dados a pesquisa semiestruturada com questões direcionadas de fácil entendimento e previamente estabelecidas (SEVERINO, 2007, p.121).

Por meio de entrevistas, foram colhidas algumas informações a respeito do tema no cotidiano da escola. Conversei informalmente com alguns professores na escola, durante a conversa a maioria dos abordados acharam o tema da pesquisa importante e que ainda existe a necessidade de mais projetos voltados para esta temática. Porém, quando abordados para a entrevista, muitos se recusaram alegando, que mesmo o tema da pesquisa sendo importante, é muito polêmico e que preferiam não participar da pesquisa formal, ainda sim das dez professoras convidadas para a pesquisa, somente quatro e uma supervisora aceitaram ser entrevistadas e gravadas, mas deixando claro que não queriam ser identificadas. O roteiro de entrevista foi o seguinte: (a) existe algum projeto específico que trabalha essa temática dentro da escola? Se houver fale um pouco sobre ele.(b) já houve alguma situação de discriminação racial e como os professores e o grupo gestor lida com esse tipo de situação?(c) o projeto político pedagógico(PPP) da escola sugere alguma forma de como trabalhar esse tema dentro da sala de aula ou agir diante de alguma situação discriminatória? (d) diante de sua experiência como professor a discriminação interfere no processo de ensino e aprendizagem e no desenvolvimento escolar da criança? (e)ainda existe alguma barreira em torno dessa temática?

Existe algum projeto específico que trabalha essa temática dentro da escola? Se houver fale um pouco sobre ele

Professora C:*Não específico, mas temos o projeto de respeito às diferenças que envolvem tudo isso e também trabalhamos o dia da consciência negra.*

Supervisora:*Sim todos os professores trabalham esse tema, algumas dramatizações, contos, histórias, como por exemplo, a menina bonita do laço de fita.*

Quando a escola trás para a sala de aula a temática para o dia a dia do aluno e trata de maneira natural, a diversidade de povos e raças que é formada a cultura brasileira, proporciona ao aluno a oportunidade de conhecer sua própria origem e construir positivamente sua identidade. É necessário discutir em sala de aula os conceitos de racismo, discriminação racial e preconceito, ao contextualizar a história do povo negro; tendo em vista que tais conceitos estão diretamente ligados a construção histórica da população negra; até porque são definições de diferentes atitudes que interferem na vida e desenvolvimento da criança negra (LUIZ e AMERICO, 2011).

Já houve alguma situação de discriminação racial e como os professores e o grupo gestor lida com esse tipo de situação?

Professora B:*Sim algumas vezes, já aconteceram algumas brincadeiras de mau gosto e quando acontece a gente lida com isso conversando com aluno e explica que é errado.*

Quando se fala em discriminação racial dentro das escolas, é levada em consideração principalmente a relação entre os alunos e professores, porém não pode ser esquecido que existe um racismo institucional, assim como o racismo passado por meio do livro didático, afetando diretamente a autoestima da criança negra (SANT'ANA, 2001). Assim, é extremamente necessário que haja tato para administrar a situação da maneira mais consciente possível, para que em longo prazo "brincadeiras de mau gosto" não venha ter consequências maiores e irreparáveis na vida da criança vítima da discriminação.

O projeto político pedagógico(PPP) da escola sugere alguma forma de como trabalhar esse tema dentro da sala de aula ou agir diante de alguma situação discriminatória?

Supervisora: *Sim, existem alguns projetos.*

Professora A: *Esse Projeto Político Pedagógico é muito bom porque ele engloba todas as discriminações, xingamentos, piadinhas tudo isso entra no PPP.*

A expectativa de que os parâmetros iluminem os projetos pedagógicos e os planos de aula, é indiscutivelmente louvável, mas insuficiente, se não for combinada a outros esforços de sensibilização, informação, formação, acesso a pesquisas atualizadas e propostas concretas para o tratamento de tema tão delicado, como o das relações raciais em sala de aula (SILVA JR, 2002, p.33). Desta forma, um dos meios mais acessíveis de sugestões pedagógicas para o professor seria o projeto político pedagógico, mesmo quase sempre não havendo sugestões que tratem diretamente a discriminação racial, já trata a discriminação e desigualdade cultural de forma geral.

Diante de sua experiência como professor a discriminação interfere no processo de ensino e aprendizagem e no desenvolvimento escolar da criança?

Professora C: *Sim, por que com a discriminação a criança se afasta e fica retraída.*

Professora D: *Certamente, por que o aluno fica tímido e com baixa autoestima.*

Normalmente não existem referências positivas, na vida da criança negra, seja na família, no livro didático ou nos demais espaços, levando em consideração que os fragmentos da memória constituem o processo de identidade de uma pessoa (ANDRADE, 2001). Assim, levando em conta que a escola é um local onde a criança passa grande parte do seu dia, é ali que constrói boa parte da sua identidade, e qualquer experiência negativa em relação a sua aparência, imagem e afirmação de sua autoestima, pode ser um gatilho inicial para a retração da criança em meio a sala de aula, e conseqüentemente uma queda em seu rendimento escolar, prejudicando assim seu processo de aprendizagem.

Ainda existe alguma barreira em torno dessa temática?

Professora C: *Sim, a própria escola e os pais não trabalham direito essa questão com as crianças.*

É extremamente necessário que a escola faça uma reflexão a respeito de sua postura, e suas práticas em situações de discriminação, e que capacitem seus profissionais, deem sugestões, de como agir diante de uma situação de conflito racial, para que assim a omissão do educador, não venha ser mais um fator negativo na vida da criança, porém não basta somente ferramentas de trabalho, mas uma educação de qualidade e sem discriminações, sendo que a educação é a base para a construção de uma sociedade mais justa, em que as diferenças sejam respeitadas (GUEDES et al, 2013).

Essa necessidade de reflexão sobre a temática se mostra ainda mais forte quando percebemos o quão equivocado é o pensamento de alguns educadores.

Supervisora: *Sim, pois existem pessoas que elas mesmas não se aceitam sua cor sua raça, seu modo de vestir e se camuflam.* Mesmo assim admite que ainda tenha situações de discriminação dentro das escolas, e acreditam que há uma grande necessidade de projetos voltados especificamente para o tema.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O Brasil hoje é um país onde mais da metade da população é negra, e ainda sim é um país com uma postura permissiva em relação à discriminação e ao racismo, fazendo com que essa população tenha que enfrentar uma gama de problemas sociais, que vão desde o acesso à educação básica até o ingresso no mercado de trabalho.

No capítulo um foi feita uma contextualização da temática, falando um pouco do histórico do negro no Brasil em que problemas sociais são enfrentados há séculos, tendo em vista que a cultura do Brasil, por vezes se confunde com a escravidão, já que os negros serviram ao país desde o momento de sua chegada, garantindo aos aristocratas e senhores de escravos da época, inúmeras e grandes riquezas, passadas de geração em geração, fazendo assim com que a sociedade tenha uma dívida histórica com a população negra.

E com a maior parte da população brasileira sendo negra grande parte da mesma é composta por crianças e adolescentes, que além de tem que enfrentar a dificuldade de acesso à educação, quando conseguem essas crianças muitas vezes tem que lidar com outros problemas dentro da escola, como piadinhas, xingamentos, brincadeiras de mau gosto e alguns casos mais severos de discriminação racial. Fazendo com que a seja nesta fase que a criança descubra o que é ser negro principalmente pelo fato de não haver referencias positivas em relação a sua imagem, desta maneira é inegável a importância da construção da identidade étnica nas crianças negras, pois o racismo tem grande influência na construção psíquica da criança, gerando *stress* e depressão, levando muitas vezes para a vida adulta.

Dando início ao capítulo dois trazendo uma abordagem teórica pois sabendo deste impacto que a discriminação racial tem na vida da população negra é preciso que a escola consiga avançar na relação entre saberes e realidade social, étnico e cultural para que as crianças negras tenham maior vantagem no plano educacional e melhorem os resultados obtidos, para que assim a discriminação deixe de intervir no processo de ensino e aprendizagem.

Para finalizar o trabalho o capítulo três traz o contexto e análise da pesquisa de campo, com todo procedimento metodológico utilizado na pesquisa e sugestões para a conduta diante de uma situação de discriminação racial. Pois desta maneira é importante ter dentro das escolas profissionais capacitados, para que possam

abordar de forma correta determinados assuntos com os alunos, para que seja totalmente esclarecida essas questões raciais, e que não tratem apenas de uma forma superficial, fornecendo uma educação de qualidade e sem discriminação.

REFERÊNCIAS

- ALBUQUERQUE, Wlamyra R, FRAGA FILHO, Walter, **uma história do negro no Brasil**. Salvador: Centro de Estudos Afro-Orientais; Brasília: Fundação Cultural Palmares, 2006.
- ANDRADE, Inaldete Pinheiro. Construindo a autoestima da criança negra em In: MUNANGA, Kabengele, **Superando o racismo na escola**. Brasília: Ministério da Educação, 2001.
- ALMEIDA, Maria Salete Bortholazzi. **Educação não formal, informal e formal do conhecimento científico diferentes espaço de ensino e aprendizado**. Londrina: Universidade Estadual de Londrina – UEL, 2014.
- ARAÚJO, Marivania Conceição, **A identidade e a questão racial no jardim alvorada em Maringá**; Maringá: Universidade Estadual de Maringá, 2003.
- ARROYO, Miguel. **Fracasso/sucesso**: um pesadelo que perturba nossos sonhos. Em Aberto, Brasília, v. 17, n. 71, p. 33–40, jan. 2000.
- BARBOSA, Raquel Lazzari Leite. **Formação de educadores: desafios e perspectivas** / organizadora Barbosa. São Paulo: UNESP, 2003.
- BARRETO, Elba Siqueira de Sá. MITRULIS, Eleny. **Os ciclos escolares: elementos de uma trajetória**. Revista de Estudos Avançados, São Paulo: USP, n. 108, p. 27–48, nov. 1999.
- BARBOSA, Maria Ligia de Oliveira, **As relações entre educação e raça no Brasil**: em In: **Os mecanismos de discriminação racial nas escolas brasileiras**/Sergei Soares Org. Rio de Janeiro: Ipea, 2005.
- BRANDÃO Carlos Rodrigues, **O que é educação**. São Paulo: Brasiliense, 2007.
- CALLEJA, José Manoel Ruiz. **Os professores deste século algumas reflexões** – revista institucional universidad tecnológica delchocó: investigacion, biodiversidad y desarrollo, 2008. Disponível em: <https://www.dialnet.unirioja.es/descarga/articulo/2705047.pdf>. Acesso em: 10 de mai 2017.
- CORRÊA, Rosa Maria. **Avanços e desafios na construção de uma sociedade inclusiva**. Belo Horizonte: Sociedade Inclusiva/PUC-MG, 2008.
- FONSECA, João José. **Metodologia da pesquisa científica**. Fortaleza: UEC, 2002. Apostila. GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2007.
- GADOTTI, Moacir, **Perspectivas atuais da educação**. Porto Alegre, Ed. Artes Médicas, 2000. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/spp/v14n2/9782.pdf>. Acesso em: 09 de mai 2017.

GUEDES, Elocir, NUNES, Pâmela, ANDRADE, Tatiane, **O uso da lei 10.639/03 em sala de aula.** Revista Latino-Americana de História. Vol. 2, nº. 6 – Agosto de 2013 – Edição Especial. Disponível em: <http://www.projeto.unisinos.br/rla/index.php/rla/article/viewFile/205/159>. Acesso em: 20 de abr 2017.

LIBÂNEO, José Carlos; Oliveira, João Ferreira de; Thoschi, MirzaSeabra. **Educação Escolar: Políticas, Estrutura e Organização.** 10. ed. São Paulo: Cortez, 2012.
LIMA, Miguel. **A Trajetória do negro no Brasil e a importância da cultura afro,** 2010. Disponível em: http://www.educadores.diaadia.pr.gov.br/modules/mydownloads_01/visit.php?cid=77&lid=6059. Acesso em: 22 de abr 2017.

LIMA, Heloisa pires, Personagens negros um breve perfil na literatura infanto-juvenil em In: MUNANGA, Kabenguele. **Superando o racismo na escola.** Brasília: Ministério da Educação, 2001.P.98-103.

LUIZ, Viviane; AMÉRICO, Marcia Cristina. **Uma experiência com formação de professores:** a Lei 10.639 e os diferentes modos de ser criança. Revista Eletrônica do Grupo de Pesquisa *Identidade!* Da escola superior de tecnologia (Faculdade EST)). Disponível em: <<http://www.est.edu.br/periódicos/index.php/identidade>>.

LUZIÂNIA, Secretaria Municipal de educação. PPP, Escola Municipal Francisco Vieira Lins (NALDO), 2015.

MATTOS, Regiane A. **História e cultura afro-brasileira.** Contexto: São Paulo, 2007.

MIRANDA, Marília G. **A organização escolar em ciclos e a questão da igualdade substantiva.** Revista Brasileira de Educação, Rio de Janeiro: Autores Associados, v. 14, n. 40, p. 24–34, jan. /abr. 2009.

NEDBAJLUK, Lídia. **Formação por ciclos.** Educar, Curitiba: UFPR, n. 28, p. 247–61, 2006.

NOGUEIRA, Juliana Keller; FELIPE, Delton Aparecido; TERUYA, Teresa Kazuko, **Conceitos de gênero, etnia e raça:** reflexões sobre a diversidade cultural na educação escolar. Florianópolis 25 a 28 de 2008.

OLIVEIRA, Renata de Souza, **o negro na realidade socioeconômica brasileira:** um estudo da participação do negro no mercado de trabalho, 2012. Disponível em: http://www.mackenzie.br/fileadmin/Graduacao/CCSA/Publicacoes/Jovens_Pesquisadores/04/3.4.12.pdf. Acesso em: 27 de abr 2017.

PROJEÇÃO da população do Brasil e das Unidades da Federação. **IBGE,** Brasília 24 de maio 2017. Disponível em: <<https://ww2.ibge.gov.br/apps/populacao/projecao/>>. Acesso em 24 de maio de 2017.

ROZAS, Luiza Barros, cotas para negros em universidades públicas e a sua inserção na realidade jurídica brasileira- por uma nova compreensão epistemológica

do princípio constitucional da igualdade, faculdade de direito da USP, 2009. Disponível em: <http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/2/2140/tde-21062011-153542/Acesso em: 01 de mai2017>.

SANT'ANA, Antônio Olímpio, História e conceitos básicos sobre racismo e seus derivados em In: MUNANGA, Kabengele. **Superando o racismo na escola**. Brasília: Ministério da Educação, 2001.P.32-60

SILVA Jr., Hédio. **Discriminação racial nas escolas**: entre a lei e as práticas sociais. Brasília: UNESCO, 2002.96 p.

SILVA, Kalina Vanderlei, SILVA, Maciel Henrique. **Dicionário de Conceitos Históricos**. São Paulo: Contexto 2006. Disponível em: http://www.igtf.rs.gov.br/wp-content/uploads/2012/03/conceito_ETNIA.pdf. Acesso em: 22 de abr 2017.

SILVEIRA, Denise Tolfo; CÓRDOVA, Fernanda Peixoto. **Pesquisa científica**, In; GERHART, Tatiana Engel; SILVEIRA, Denise Tolfo. **Métodos de pesquisa**, Porto Alegre; Editora da UFRGS, 2009.

SOUZA, Marina de Mello e. **África e Brasil Africano**. São Paulo: Ática 2008.
TRIVINOS, Augusto Nivaldo Silva. **Introdução da pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação**. São Paulo: Atlas, 1987.

APÊNDICE A – CARTA DE ACEITE

**CARTA DE ACEITE PARA BANCA EXAMINADORA**

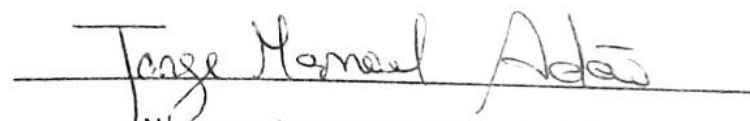
Luziânia-GO, 24 de maio de 2017.

Ao Coordenador Adjunto de TC do Curso de Pedagogia, Professor. Me. Leonardo Vivaldo do Campus Universitário de Luziânia.

Comunico que o aluno(a) **Larissa Torres de Luziânia**, do Curso de Graduação em Pedagogia, **está apto(a)** a apresentar seu Trabalho de Conclusão de Curso, em sua versão prévia, para a Banca de Qualificação de, intitulado "**A Discriminação Racial da Criança Negra e o Processo de Ensino e Aprendizagem: Um Estudo de Caso A Partir dos Anos Iniciais do Ensino Fundamental**".

Sendo o que havia a informar, subscrevo-me.

Atenciosamente,


Nome e assinatura do professor orientador.

APÊNDICE B – LEIS QUE ALTERAM AS DIRETRIZES E BASES DA EDUCAÇÃO NACIONAL

Presidência da República Casa Civil Subchefia para Assuntos Jurídicos

LEI Nº 10.639, DE 9 DE JANEIRO DE 2003.

Mensagem de veto

Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira", e dá outras providências.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º A Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, passa a vigorar acrescida dos seguintes arts. 26-A, 79-A e 79-B:

"Art. 26-A. Nos estabelecimentos de ensino fundamental e médio, oficiais e particulares, torna-se obrigatório o ensino sobre História e Cultura Afro-Brasileira.

§ 1º O conteúdo programático a que se refere o **caput** deste artigo incluirá o estudo da História da África e dos Africanos, a luta dos negros no Brasil, a cultura negra brasileira e o negro na formação da sociedade nacional, resgatando a contribuição do povo negro nas áreas social, econômica e política pertinentes à História do Brasil.

§ 2º Os conteúdos referentes à História e Cultura Afro-Brasileira serão ministrados no âmbito de todo o currículo escolar, em especial nas áreas de Educação Artística e de Literatura e História Brasileiras.

§ 3º (VETADO)"

"Art. 79-A. (VETADO)"

"Art. 79-B. O calendário escolar incluirá o dia 20 de novembro como 'Dia Nacional da Consciência Negra'."

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 9 de janeiro de 2003; 182º da Independência e 115º da República.

LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA
Cristovam Ricardo Cavalcanti Buarque

Este texto não substitui o publicado no D.O.U. de 10.1.2003

Presidência da República
Casa Civil
Subchefia para Assuntos Jurídicos

LEI Nº 11.645, DE 10 MARÇO DE 2008.

Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, modificada pela Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena”.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º O art. 26-A da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 26-A. Nos estabelecimentos de ensino fundamental e de ensino médio, públicos e privados, torna-se obrigatório o estudo da história e cultura afro-brasileira e indígena.

§ 1º O conteúdo programático a que se refere este artigo incluirá diversos aspectos da história e da cultura que caracterizam a formação da população brasileira, a partir desses dois grupos étnicos, tais como o estudo da história da África e dos africanos, a luta dos negros e dos povos indígenas no Brasil, a cultura negra e indígena brasileira e o negro e o índio na formação da sociedade nacional, resgatando as suas contribuições nas áreas social, econômica e política, pertinentes à história do Brasil.

§ 2º Os conteúdos referentes à história e cultura afro-brasileira e dos povos indígenas brasileiros serão ministrados no âmbito de todo o currículo escolar, em especial nas áreas de educação artística e de literatura e história brasileiras.” (NR)

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 10 de março de 2008; 187º da Independência e 120º da República.

LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA
Fernando Haddad

Este texto não substitui o publicado no DOU de 11.3.2008.

APENDICE C – LEI AUREA

Anno XIV Rio de Janeiro — Segunda-feira 14 de Maio de 1888 N. 185

GAZETA DE NOTICIAS

BRAZIL LIVRE

1888 — TREZE DE MAIO — 1888

EXTINÇÃO DA ESCRAVIDÃO

LEI N. 3353 DE 13 DE MAIO DE 1888
QUE LHEA EXTINGA A ESCRAVIDÃO NO BRAZIL

A Princesa Imperial Regente em nome de Sua Magestade o Imperador o Sr. D. Pedro II:
 Faz saber a todos os subditos do Imperio, que a Assembléa Geral decretou e Ella sancionou a lei seguinte:

Art. 1.º E declarada extinta desde a data d'esta lei a escravidão no Brazil.

Art. 2.º Revogam-se as disposições em contrario.

Manda portanto a todas as autoridades a quem o conhecimento e execução da referida lei pertencer, que a cumpram e façam cumprir e guardar tão inteiramente como n'ella se contém.

O secretario de Estado dos Negocios da Agricultura e interino dos Negocios Estrangeiros, bacharel Rodrigo Augusto da Silva a faça imprimir, publicar e correr.



Dada no Palacio do Rio de Janeiro, em 13 de Maio de 1888, sexagesimo setimo da Independencia e do Imperio.

PRINCEZA IMPERIAL REGENTE
RODRIGO AUGUSTO DA SILVA

Carta de lei pela qual Sua Alteza Imperial manda executar o decreto da Assembléa Geral, que houve por bem sancionar, declarando extinta a escravidão no Brazil como n'ella se declara, para Vossa Alteza Imperial ver.

Chancellaria-mór do Imperio. Transitou em 13 de Maio de 1888.

APÊNDICE D- ROTEIRO DE ENTREVISTA

	<p>UNIVERSIDADE ESTADUAL DE GOIÁS CÂMPUS UNIVERSITÁRIO DE LUZIÂNIA COORDENAÇÃO DE TC DO CURSO DE PEDAGOGIA</p>	
---	--	---

Pesquisa qualitativa

TEMA: A DISCRIMINAÇÃO RACIAL DA CRIANÇA NEGRA E O PROCESSO DE ENSINO E APRENDIZAGEM: Um estudo de caso a partir dos anos iniciais do ensino fundamental

Entrevista

- Existe algum projeto específico que trabalhe esta temática dentro da escola?
Se houver fale um pouco sobre ele.
- Em sua carreira como professor, já houve alguma situação de discriminação dentro da sua sala de aula (EX: xingamentos, piadinhas).
- Como o grupo gestor lida diante de alguma situação de discriminação racial.
- O projeto político pedagógico (PPP) da escola, sugere alguma forma de como trabalhar esse tema dentro de sala, ou agir diante de uma situação discriminatória?
- Diante de sua experiência como professor, a discriminação racial interfere no processo de ensino e aprendizagem e no desenvolvimento escolar da criança?
- Na sua opinião ainda existe alguma barreira em torno desta temática?
Comente.

APÊNDICE E – CARTA DE AUTORIZAÇÃO DA INSTITUIÇÃO



Diretor (a): Cleude Santos Rocha

Eu, Larissa Tôres Ferreira , acadêmica da Universidade Estadual de Goiás – UEG – Campus de Luziânia, situada à Avenida do Trabalhador, Gleba - B4, Bairro Industrial de Luziânia, do CURSO DE PEDAGOGIA, estou realizando uma pesquisa com o tema: **A DISCRIMINAÇÃO RACIAL DA CRIANÇANEGRA E O PROCESSO DE ENSINO E APRENDIZAGEM Um estudo de caso a partir dos anos iniciais do ensino fundamental** sob a Orientação do Professor Mestre Leonardo Vivaldoe solicito autorização para ‘realizar a coleta de dados nessa Instituição.

Informo ainda que, todas as informações serão mantidas em sigilo e terá somente finalidade acadêmica de apoio a pesquisa. Agradeço, antecipadamente, a atenção dispensada e me coloco à sua disposição para qualquer esclarecimento que se fizer necessário.

Respeitosamente,

LARISSA TÔRES FERREIRA

APÊNDICE F – DECLARAÇÃO DE AUTENCIDADE

	UNIVERSIDADE ESTADUAL DE GOIÁS CÂMPUS UNIVERSITÁRIO DE LUZIÂNIA COORDENAÇÃO DE TC DO CURSO DE PEDAGOGIA	
---	--	---

Declaração de Autenticidade

Neste documento, eu Larissa Tôrres ferreira declaro que este trabalho é de minha autoria e o uso de todas as fontes escritas e de material de qualquer natureza utilizado na produção deste documento foi devidamente e apropriadamente reconhecido. Também declaro aqui ter conhecimento do teor da Lei nº 9.610/98, que versa sobre plágio de trabalho intelectual de qualquer natureza e que tenho consciência das consequências desta lei no âmbito civil e criminal.

LARISSA TÔRRES FERREIRA